



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CONTRATO Nº 039/2016**  
TOMADA DE PREÇOS: 006/2016  
PROCESSO Nº 2016.04.024

TÉRMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO, ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA: **HUMBERTO RAMALHO TRIGUEIRO MENDES ME** – CNPJ: **35.590.090/0001-00**, TENDO POR OBJETIVO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUTAR OBRA CIVIL PÚBLICA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA JOSÉ MARIA MESQUITA NO MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO.**

**PARTES CONTRATANTES**

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o Município de Caldas Brandão, Estado da Paraíba, com Sede na Rua José Alípio de Santana, 371 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.809.071/0001-41, ora representado pela Senhora Prefeita Municipal NEUMA RODRIGUES DE MOURA SOARES, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 871.222 – SSP/PB 2ª via e do CPF/MF n.º 097.149.884-97, residente e domiciliado nesta cidade Caldas Brandão – CEP – 58.350-000 – CALDAS BRANDÃO – PB, e de outro lado, como CONTRATADO, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa: HUMBERTO RAMALHO TRIGUEIRO MENDES ME, com sede no Av. Ilza Ribeiro nº 513 – Centro – Conde – PB – CEP: 58.322-000, inscrita no CNPJ: 35.590.090/0001-00.

As partes assim nomeadas e qualificadas, pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo e na melhor forma de direito, têm, entre si, ajustado o presente, subordinados à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como vinculado a TOMADA DE PREÇO n.º 006/2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A CONTRATADA se obriga a executar os serviços conforme proposta apresentada que fica fazendo parte integrante deste CONTRATO, do seguinte OBJETO, como segue:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant(A)	Custo	Total	Total
				Unit(B)	(AxB)	item
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>RS 3.439,16</b>
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado	m²	5,00	248,63	1.243,16	
1.2	Limpeza manual geral, com remoção de cobertura vegetal	m2	360,00	3,12	1.122,08	
1.3	Demolição de alvenaria	m2	0,70	69,57	48,70	
1.4	Locação convencional de obra, através de gabarito de tábuas corridas pontaletadas sem reaproveitamento	m²	125,00	8,20	1.025,22	
<b>2</b>	<b>SERVIÇO EM TERRA</b>					<b>124,32</b>
2.1	Escavação manual em céu aberto, em mat 1ª cat. Prof. Até 0,50m	m³	4,25	29,25	124,32	
<b>3</b>	<b>FUNDAÇÃO</b>					<b>6.631,08</b>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

<b>ESTACAS E BLOCOS</b>						
3.1	Lastro de concreto preparo mecanico	m3	0,85	354,66	301,47	
3.2	Armação aço CA-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm (1/2) - Fornecimento/ corte (perda de 10%) / dobra / colocação	kg	135,00	9,38	1.266,38	
3.3	Concreto fck = 20Mpa, virado em betoneira sem lançamento	m3	2,78	346,13	962,25	
3.4	Lançamento/aplicação manual de concreto em fundações	m3	2,78	81,66	227,01	
<b>ALVENARIA DE EMBASAMENTO</b>						
3.5	Alvenaria de embasamento tijolo furado 10x20x20cm	m3	3,00	394,88	1.184,65	
<b>VIGA BALDRAME</b>						
3.6	Forma tabua p/ concreto em fundação sem reaproveitamento	m <sup>2</sup>	12,00	76,78	921,40	
3.7	Armação aço CA-50, diam. 6,3 (1/4) à 12,5mm (1/2) - Fornecimento/ corte (perda de 10%) / dobra / colocação	kg	65,00	9,38	609,74	
3.8	Armação de aço CA-60 diam. 3,4 a 6,0mm - Fornecimento / corte (c/ perda de 10%) / dobra / colocação	kg	25,00	9,26	231,52	
3.9	Concreto fck = 20Mpa, virado em betoneira sem lançamento	m3	1,75	346,13	605,73	
3.10	Lançamento/aplicação manual de concreto em estrutura	m3	1,75	81,66	142,90	-
<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>						
3.11	Impermeabilização de estruturas enterradas com tinta alfatíca 2 demãos	m2	20	8,90	178,02	
<b>4</b>	<b>SUPER-ESTRUTURA</b>					<b>10.129,72</b>
4.1	Forma para estruturas de concreto (pilar, viga e laje) em chapa de madeira compensada plastificada, de 1,10 x 2,20, espessura = 12mm, 08 utilizações. (Fabricação, montagem e desmontagem)-exclusive escoramento	m <sup>2</sup>	26,00	27,54	716,10	
4.2	Armação aço CA-50, diam. 16.0 (5/8) à 25.0mm (1") - Fornecimento/ corte (perda de 10%) / dobra / colocação	kg	85,00	7,92	673,38	



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.3	Armação de aço CA-60 diam. 3,4 a 6,0mm - Fornecimento / corte (c/ perda de 10%) / dobra / colocação	kg	15,00	9,26	138,91	
4.4	Concreto fck = 20Mpa, virado em betoneira sem lançamento	m3	1,25	348,42	435,53	
4.5	Lançamento/aplicação manual de concreto em estrutura	m3	1,25	74,47	93,08	
<b>LAJE</b>						
4.6	Laje premoldada para forro, sobrecarga 100kg/m2, vãos até 3,50m/e=8cm, com lajota e cap c/ conc FCK=20Mpa, 3cm, inter-eixo 38cm, c/ escoramento (reaprov 3x) e ferragem negativa	m2	120,00	67,27	8.072,72	
<b>5</b>	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>					<b>6.875,08</b>
5.1	Alvenaria em tijolo de vedação de blocos cerâmico furado, (esp=9cm) de paredes 6m2, sem vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira AF 06/2014	m <sup>2</sup>	221,41	29,73	6.582,57	
5.2	Verga 10x10cm em concreto pre-moldado FCK=20Mpa (preparo com betoneira) aço CA60, bitola fina, inclusive formas tabuas 3 <sup>a</sup>	m	20,00	14,63	292,51	
<b>6</b>	<b>COBERTURA</b>					<b>11.599,59</b>
6.1	Estrutura em madeira aparelhada, para telha cerâmica, apoiada em parede	m <sup>2</sup>	120,00	56,06	6.727,67	
6.2	Telhamento em telha cerâmica, incluso juntas de vedação e acessórios de fixação, excluindo madeiramento	m <sup>2</sup>	120,00	35,11	4.213,78	
6.3	Calha em chapa de aço galvanizado n° 24, desenvolvimento de 50cm	m	12,00	54,85	658,14	
<b>7</b>	<b>REVESTIMENTOS</b>					<b>7.581,36</b>
<b>DE PAREDE (INTERNO E EXTERNO-INCLUSIVE ABRIGO)</b>						
7.1	Chapisco aplicado tanto em pilares e vigas de concreto como em alvenaria de fachada com presença de vãos, com colher de pedreiro, arg traço 1:3 com preparo em misturador 300kg AF 06/2014	m <sup>2</sup>	255,00	5,36	1.367,98	



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.2	Reboco arg traço 1:2 (cal/areia fina penei-rada), esp=0,5cm, preparo manual da argamassa	m <sup>2</sup>	255,00	14,39	3.668,33	
<b>DE TETO (INTERNO E EXTERNO-INCLUSIVE ABRIGO)</b>						
7.3	Chapisco aplicado no teto, com rolo para textura acrílica, arg industrializada com pre- paro manual AF_06/2014	m <sup>2</sup>	120,00	6,82	818,78	
7.4	Reboco arg traço 1:2 (cal/areia fina penei-rada), esp=0,5cm, preparo manual da argamassa	m <sup>2</sup>	120,00	14,39	1.726,27	
<b>8</b>	<b>PISOS</b>					<b>7.068,23</b>
8.1	Execução de lastro em concreto (1:2,5:6), preparo manual	m <sup>3</sup>	3,03	347,35	1.052,48	
8.2	Piso em granilite, marmorite ou grnitina, esp=8mm, incluso juntas de dilatação plásti- cas	m <sup>2</sup>	120,00	45,26	5.431,76	
8.3	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo gres de dimensões 45x45cm AF_06/2014 ,	m	56,00	9,38	525,31	
8.4	Execução de complemento de calçada em concreto 12Mpa, traço 1:3:5 (cimento/ areia/ brita), preparo mecanico, esp=7cm, com junta de dilatação	m <sup>2</sup>	1,66	35,34	58,67	
<b>9</b>	<b>ESQUADRIAS FERRAGENS E VIDROS</b>					<b>5.679,94</b>
<b>PORTAS E FECHADURAS</b>						
9.2	PM 02 - Porta de madeira compensada lisa para pintura 90x2.10x3.5cm, incluso aduela 2A, alizar 2A e dobradiças.	Unid.	2,00	538,58	1.077,16	
9.3	Fechadura de embutir com cilindro, externa, completa, acabamento padrão médio, incluso execusão de furo, fornecimento e instalação A_08/2015.	Unid.	2,00	129,19	258,38	
9.4	Janela 4 folhas (2 fixa) em madeira pré pintada cor especificada pela fiscalização, dimensões conforme projeto, incluso ferragens e fechadura	m <sup>2</sup>	17,50	248,25	4.344,40	
<b>10</b>	<b>PINTURA</b>					<b>4.581,39</b>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PAREDES TETOS E PISO						
10.1	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos AF_06/2014	m <sup>2</sup>	255,00	10,97	2.797,10	
10.2	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em teto, duas demãos AF_06/2014	m <sup>2</sup>	120,00	12,19	1.462,54	
JANELAS, PORTAS, VISTAS E RODAPÉ						
10.4	Pintura esmalte acetinado em madeira, duas demãos.	m <sup>2</sup>	22,00	14,63	321,76	
<b>11</b>	<b>INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS</b>					<b>3.158,37</b>
ESGOTO, VENTILAÇÃO E PLUVIAL						
11.2	Ramal predial de esgoto em tubo PVC Esgoto DN 100mm, fornecimento, instalação, escavação e reaterro	m	45,00	60,87	2.739,11	
11.3	Caixa de inspeção em concreto pre-moldado DN-50mm com tampa H=50cm, fornecimento e instalação	Unid.	2,00	209,63	419,26	
<b>12</b>	<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICA E COMUNICAÇÃO</b>					<b>3.272,57</b>
12.1	Cabo de cobre, isolamento termoplástico 06/1kv 10mm <sup>2</sup> antichama, fornecimento e instalação	m	25,80	8,41	217,02	
12.2	Caixa de passagem 30x30x40 com tampa e dreno brita	Unid.	1,00	130,41	130,41	
12.3	Quadro de distribuição de energia de embutir em chapa metálica para 18 disjuntores termomagnéticos monopolares com barramento trifásico e neutro, fornecimento e instalação	Unid.	1,00	245,82	245,82	
12.4	Disjuntor termomagnético monopolar padrão NEMA (americano) 10A 30A 240V, fornecimento e instalação	Unid	1,00	13,41	13,41	
12.5	Dispositivo de proteção residual - DR Bipolar 25A 30MA - Tipo AC	m	45,00	4,88	219,38	
12.6	Caixa de passagem PVC 4x2" fornecimento e instalação	unid	6,00	5,72	34,35	
12.7	Caixa de passagem PVC 3" octogonal	Unid	12,00	8,53	102,38	



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.8	Cabo de Cobre isolado PVC 450/750V 1,5mm2 resistente a chama, fornecimento e instalação	m	120,00	2,20	263,74	
12.9	Cabo de Cobre isolado PVC 450/750V 2,5mm2 resistente a chama, fornecimento e instalação	m	120,00	2,44	292,51	
12.10	Tomada de embutir 2P + T 10A/250V com placa - fornecimento de instalação	unid	4,00	12,92	51,67	
12.11	Interruptor simples de embutir 10A/250V 2 teclas com placa - fornecimento e instalação	unid	2,00	20,35	40,70	
12.12	Luminária tipo calha de sobrepor com reator de partida rápida e lampada fluorescente 2x40W, completa, fornecimento e instalação	unid	12,00	101,16	1.213,90	
12.13	Luz de emergência 21 leds, alto brilho fixação em parede, fornecimento e instalação.	unid	2,00	26,20	52,41	
12.14	Luminária tipo spot com lampada led 12w.	unid	3,00	131,63	394,88	
13	<b>MURO DE CONTORNO</b>					<b>25.784,19</b>
13.1	Muro em alvenaria bloco ceramico e=0,09m c/ alv de pedra 0,35 x 0,60m, pilares (9x20cm) a cada 3,0m cintas inferior e superior (9x15cm) em concreto armado fck= 15.0 Mpa, c/ chapisco, reboco e pintura hidrator ou similar	m <sup>2</sup>	178,00	144,86	25.784,19	
14	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>					<b>424,21</b>
	-					
14.1	Limpeza final da obra	M <sup>2</sup>	217,76	1,95	424,21	
<b>TOTAL</b>					<b>96.349,20</b>	
<b>Valor total: R\$ 96.349,20 (Noventa e seis mil, trezentos quarenta e nove reais e vinte centavos)</b>						



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA**

- 2.1 O prazo de execução do objeto será de **180 (Cento e Oitenta)** dias, contados da assinatura da Ordem de Serviços, que serão executados conforme o cronograma físico-financeiro anexo a este Contrato.
- 2.2 O prazo do contrato será de **210 (Duzentos e dez)** dias, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 3.1- A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 3.2 As supressões resultante de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- 3.3 Em caso de aditamento contratual que incorra em inclusão de serviços não previstos inicialmente na planilha orçamentária, os preços desses novos serviços serão reduzidos na mesma proporção do desconto ofertado pela contratada á época da licitação, ou seja, sofrerão redução proporcional à diferença percentual original entre os custos unitários dos insumos e serviços cotados em sua proposta e aqueles constantes na planilha orçamentária do órgão licitante.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS**

- 4.1 A obra deverá ser iniciada pela contratada para ser realizada nos locais especificados no projeto, após emissão da ordem de serviço e sob a fiscalização do funcionário autorizado pela Prefeitura Municipal dentro do prazo previsto no cronograma físico-financeiro constante na planilha de especificação do edital e proposta apresentada pela licitante vencedor.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1 Fica ajustado o preço, conforme segue:  
O valor total do CONTRATO fica estimado em R\$: 96.349,20 (Noventa e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), onerando a dotação: 0505 Secretaria de Educação e Cultura - 12 361 1002 1.003 | Construção/Recuperação/Ampliação de Unidades Escolares - 4.4.90.51.00 Obras e Instalações.  
CONVENIO JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAIBA.

**CLÁUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 6.0 – Além das estabelecidas no Edital, bem como neste Contrato e seus Anexos, constituem obrigações da contratada:
- Executar com perícia os serviços contratados, obedecendo aos projetos, especificações técnicas, instruções adotadas pela PREFEITURA e determinações por escrito da fiscalização;
  - Assegurar durante a execução das obras, a proteção e conservação dos serviços executados, bem como, fazer a sinalização e manter a vigilância necessária à segurança de pessoas e dos bens móveis e imóveis;
  - Executar no prazo estabelecido pela fiscalização os reparos que se fizerem necessários aos serviços de sua responsabilidade;
  - 1) Caso a PREFEITURA execute esses reparos, a contratada pagará pelos mesmos, independentemente das penalidades cabíveis, valor em dobro dos custos desses serviços constantes na planilha orçamentária, devidamente atualizados;
  - Adquirir e manter permanentemente no escritório das obras, um LIVRO DE OCORRÊNCIAS, autenticado pela PREFEITURA, no qual a Fiscalização e a CONTRATADA anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue a PREFEITURA, quando da medição final e entrega das obras. Semanalmente, devem ser anotados pela contratada no referido livro os serviços executados. A fiscalização revisará, formalmente, essa anotação, que será assinada por ela e pelo responsável da contratada, informando, também, a data do registro;
  - Fica obrigado à contratada a designar um Responsável Técnico que deverá fazer pelo menos uma visita semanal à



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

obra, fato este que deverá ser registrado no Livro de Ocorrência, devidamente assinado pelo mesmo e pelo Fiscal da obra, por ocasião da visita;

- f) Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- g) Manter a frente dos serviços, pessoal habilitado, obedecendo às normas de segurança do trabalho, bem como todos os equipamentos necessários a execução dos serviços;
- h) Solicitar a anuência da PREFEITURA no caso da necessidade da subcontratação e para tanto seguir as regras constantes na Cláusula Sexta deste Contrato, disponibilizando para fiscalização a documentação da subcontratada, que demonstre que cumpre os requisitos de qualificação técnica exigidos no Edital vinculado a este Contrato;
- i) Permitir e/ou facilitar a fiscalização, inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- j) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- k) Responder pelos danos causados diretamente a PREFEITURA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;
- l) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou qualquer outro não previsto neste Contrato, resultante da execução do contrato;
- m) arcar com as despesas referentes às taxas de água e luz da obra;

**CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.0 Além das estabelecidas no Edital, bem como neste Contrato e seus Anexos, constituem obrigações da contratante:

- a) Providenciar o projeto executivo antes do início das obras ou emitir autorização expressa, com a devida justificativa técnica de que esse projeto poderá ser elaborado concomitantemente com a execução da obra;
- b) emitir ordens de início e de paralisação dos serviços;
- c) liberar as áreas destinadas ao serviço;
- d) empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro;
- e) proceder às medições mensais dos serviços efetivamente executados;
- f) pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas;
- g) Efetuar o pagamento sempre que a empresa cumprir com todas as suas obrigações estabelecidas neste termo contratual.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS REAJUSTAMENTOS**

8.1 Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados conforme os procedimentos:

- a) O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica;
- b) A data base adotada será ANUAL.
- c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0} = \text{onde:}$$

R - Valor do reajustamento calculado;

V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);

I<sub>0</sub> – Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base.

**CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.0 - A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

9.1 - Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela firma e conferidos pela fiscalização da prefeitura, serão lançados no Boletim de Medição, que será assinado pelo Eng.º Fiscal e pelo Responsável Técnico da contratada.

9.1.1 - O boletim de medição será, obrigatória e formalmente, revisado pelo Coordenador da área de execução de contratos ou de obras e pelo Diretor da área técnica Técnico, que assinarão o mesmo como revisores.

9.1.2 - Devem ser identificados os assinantes e os revisores do boletim pelo nome completo, título profissional, nº do CREA e cargo que ocupa.

9.1.2 - Devem ser identificados os assinantes e revisores do boletim pelo nome completo, título profissional, nº do CREA e cargo que ocupa.

9.1.3 - As medições serão mensais com intervalos nunca inferiores a 30 (trinta) dias, excetuando-se as medições inicial e final.

9.1.4 - No Boletim de Medição devem constar:

a) todos os serviços contratados, com suas respectivas unidades de medida;

b) os quantitativos dos serviços contratados, medidos e acumulados;

c) o preço unitário, o valor total de cada serviço e no final o total contratado, medido, acumulado e o saldo contratual;

d) o número do contrato;

e) o número de ordem da medição;

f) a data da sua emissão e o período dos serviços medidos.

9.1.5 - Anexo ao boletim de medição deve constar a respectiva memória de cálculo detalhada e fotos dos serviços executados.

9.1.6 - Os serviços constantes no boletim de medição deverão ser executados em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro e no caso de antecipação ou retardamento da execução, o mesmo deve ser, formalmente, alterado e anexado ao boletim.

9.1.6.1 – Caso tenha havido antecipações e/ou atrasos na execução de serviços, esses terão que ser justificados e aceitos pela fiscalização e as razões dos mesmos devem estar registrados no Livro de Ocorrências.

9.1.6.2 - No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

9.1.7 - A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.1.8 - A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.1.9 - Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

9.2 - A Contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados,

inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

9.3 - Os Boletins de Medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês, sendo os pagamentos efetuados através de crédito em conta corrente, mediante AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO - AP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela referente aos serviços executados e medidos.

9.3.1 – O adimplemento de cada parcela dar-se-á quando comprovada a liquidação da parcela, ou seja, a comprovação da entrega regular de toda documentação exigida neste Contrato e anexos para a efetivação do pagamento.

9.3.2 – A liquidação fica condicionada à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a) Na primeira medição, o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART efetuada no CREA-PB, nos termos da Resolução 425 de 18.12.98 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida;

c) Cópia autenticada da folha de pagamento de pessoal e respectivas guias de recolhimento prévio, das contribuições previdenciárias e do fundo de garantia do tempo de serviço-FGTS, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma prevista na lei 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711 – IN INSS/DC Nº 69 e 71/2002, e regulamentos



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

c) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993, apresentada pelo contratado; e

d) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

9.4 - Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5 - Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

9.6 - Será retido quando do pagamento de cada medição:

a) O INSS sobre o valor da fatura, referente apenas ao serviço (mão de obra), em atendimento a legislação vigente;

b) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

9.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá apresentar comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, para fins de impedir a retenção dos tributos abrangidos pelo Sistema.

9.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \left( \frac{Tx}{100} \right)^{\frac{N}{365}}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.0 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado.

10.1 O fiscal da obra passa a ser o gestor do contrato, formalmente designado pela Administração, e comprovadamente habilitado para gerenciar cada contrato, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

10.2 - Além das atividades constantes no projeto básico, são atribuições do fiscal de obra:

a) Inspeccionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato;

b) Organizar de forma sistemática todas as informações pertinentes aos processos que envolvem a obra: projetos, licitação, contrato, medições, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, pagamentos, Projeto como Construído (As Built), termos de recebimento provisório e definitivo e devolução de cauções, etc.

c) Disponibilizar, mensalmente, relatórios constando informações gerenciais da obra;

d) Aferir as medições dos serviços executados que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico e pelas respectivas memórias de cálculo;

e) Solicitar, formalmente, a contratada, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica respectiva e com



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

base na mesma, formar juízo de valor desses eventos e encaminhar a documentação necessária para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;

f) Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela contratada, a fim de que as medidas legais cabíveis possam ser aplicadas.

10.3 - Na primeira medição deverá constar a(s) respectiva(s) Anotação(s) de Responsabilidade Técnica (ARTs) da fiscalização.

10.4 - O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

10.5 - A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

10.6 - As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.0 – Não será permitido a subcontratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS**

12.0 Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente da prefeitura, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

12.1 Os serviços concluídos poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério da PREFEITURA pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

12.2 O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

a) os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.

b) os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores há 90 dias.

12.3 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

3.0 - Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão contratante designará uma comissão com no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CIRCUNSTANCIADO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.0 – São condições indispensáveis para a efetiva emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito-CND;

b) Projeto Como Construído (*As Built*), utilizando as especificações do CREA/PB (ou similar) para a elaboração do referido projeto.

c) Manual de Ocupação, Manutenção e Conservação da Obra.

5.0 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO das obras e serviços, não isenta a CONTRATADA das responsabilidades estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro.

6.0 - Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.0 A PREFEITURA por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente a CONTRATADA, por escrito de tal decisão.

13.1 Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior for impedida de cumprir total ou parcialmente o



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

contrato, deverá comunicar imediatamente por escrito a PREFEITURA.

13.2 Caso as paralisações referidas nos itens anteriores, ocorram uma ou mais vezes e perdurem por 10 (dez) dias ou mais, a PREFEITURA poderá suspender o contrato, pelo período necessário à solução do impasse, cessando nesse período às obrigações da CONTRATADA, excetuando-se as estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato, item 6, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l” e “m”.

13.3 Se a suspensão injustificada do contrato perdurar por 120 (cento e vinte) dias, quaisquer das partes poderá solicitar a rescisão do Contrato.

13.4 As despesas realizadas durante o período da paralisação e aceitas pela fiscalização serão pagas na primeira mediação de reinício dos serviços, mediante a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízos das exigências referentes aos pagamentos, no que couber:

- a) Autorização prévia da fiscalização com justificativa para que as mesmas sejam realizadas (ex: vigilância, desmobilização e as relacionadas com a manutenção do canteiro);
- b) Comprovantes da execução das mesmas (Ex: notas fiscais, recibos, folhas de pagamentos devidamente assinada pelo empregado, guias de encargos, etc);
- c) Fotografias validadas pela fiscalização, contendo legenda e data;
- d) outros que a fiscalização considerar necessários.

13.5 A justificativa mencionada no item anterior “a” deve explicitar as razões técnicas e/ou legais da execução dos serviços durante a paralisação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1 A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto:

I - advertência; de que trata o inciso I, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao andamento dos serviços, desde que não caiba a aplicação de penalidade mais grave.

II – multa(s), que deverá(ão) ser recolhida(s) junto à Secretaria de Finanças do Município, a ser quitada de acordo com instruções fornecidas pela Contratante, podendo ser:

- a) de 1,0% (um por cento) do valor dos serviços não executados, previstos neste Edital e no Contrato;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da obra por infração a qualquer condição estipulada no Edital e no Contrato, nas hipóteses não previstas na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.2 As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.4 Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos: III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

14.5 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISAO CONTRATUAL**

15.1 A rescisão Contratual poderá ser:

15.2 Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE. 11.4 Em caso de rescisão prevista nos Incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será essa ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

15.5 A rescisão Contratual de que trata o Inciso I do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 acarretará as consequências previstas no Art. 80, Incisos I e IV, no que couber ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 Fica desde já eleito o Foro da Comarca de GURINHEM, Estado da Paraíba, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação/ou execução deste Contrato, não resolvidas na esfera Administrativa.

E por estarem assim justos Contratados e Concordantes com todas as Cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente Contrato Administrativo, que é feito em 03 (Três) vias de igual teor, na presença de duas Testemunhas instrumentais, que também assinam, devendo a CONTRATANTE, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa Oficial, do extrato do Contrato, a teor no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, tudo para que o ato produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

CALDAS BRANDÃO, 02 de Maio de 2016.

NEUMA RODRIGUES DE MOURA SOARES  
Contratante

HUMBERTO RAMALHO TRIGUEIRO MENDES ME  
CNPJ: 35.590.090/0001-00  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1.º \_\_\_\_\_  
RG N.º:

2.º \_\_\_\_\_  
RG N.º

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE